

# ESTUDOS DO SÉCULO

# XX

número 19 • 2019

Para uma conceptualização evolucionista  
de Saúde Mental

An evolutionist conceptualisation  
of mental health

Pedro Urbano

**Pedro Urbano**, Professor da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Investigador Integrado do CEIS20. E-mail: [pedro.urbanofpce.uc.pt](mailto:pedro.urbanofpce.uc.pt).

[https://doi.org/10.14195/1647-8622\\_19\\_5](https://doi.org/10.14195/1647-8622_19_5)

PARA UMA  
CONCEPTUALIZAÇÃO  
EVOLUCIONISTA  
DE SAÚDE MENTAL

O problema epistemológico do critério de demarcação (entre o que é e o que não é doença mental) constitui um dos problemas fundamentais da Psicopatologia. Ao longo dos tempos foram-se sucedendo sucessivas formas de conceptualizar a doença mental, desde a tradição sobrenatural até ao manual DSM, que se impôs a nível mundial como a classificação oficial dos transtornos psiquiátricos. Todavia, nenhuma forma se revelou verdadeiramente satisfatória para a discriminação de tais transtornos. Nem sequer o DSM, espécie de glossário baseado em consensos validados estatisticamente, que traduz a liderança do pragmatismo norte-americano sobre a Psiquiatria e a Psicologia e que parte de pressupostos discutíveis, em particular a assunção de que as suas diferentes entidades de diagnóstico possuem uma realidade subjacente natural e universal.

Este artigo propõe prosseguir a via compreensiva (não apenas descritiva) iniciada por Karl Jaspers, agora numa perspectiva evolucionista. Procurando conhecer melhor o funcionamento natural dos mecanismos psicológicos, tais como foram «programados» ou «desenhados» pela Evolução; procurando conhecer igualmente as condições ambientais que fazem disparar tais mecanismos de forma disfuncional; e incorporando os valores culturais que definem que comportamentos desviantes são considerados doença mental. A conceptualização aqui proposta visa uma solução para o problema do critério de demarcação, buscando explicações mais adequadas para a compreensão dos fenómenos psiquiátricos.

**Palavras-chave:** Doença mental; Epistemologia; Evolucionismo; História da Ciência; Psicologia Evolucionista; Psiquiatria

AN EVOLUTIONIST  
CONCEPTUALISATION  
OF MENTAL HEALTH

The epistemological problem of the demarcation criterion (between what is and what is not a mental illness) is one of the fundamental problems of Psychopathology. Throughout the ages, various conceptualizations of mental illness succeeded each other, from the supernatural tradition up to the ubiquitous DSM, nowadays worldwide imposed as the official classification of psychiatric disorders. However, no conceptualization has (so far) been truly satisfactory for the discrimination of such disorders. Not even the DSM, a kind of glossary built on statistically validated consensus, which marks the supremacy (or even the hegemony) of American pragmatism over Psychiatry and Psychology, and which is founded on debatable assumptions, in particular the assumption that the different diagnostic entities it defines have a natural and universal underlying reality.

This article proposes to continue the journey initiated by Karl Jaspers, regarding the understanding (and not the mere description) of the phenomena in question, now in an evolutionary perspective. Seeking to know better the natural functioning of psychological mechanisms, such as they were 'designed by Evolution'; seeking also to know the environmental conditions that trigger such mechanisms in a dysfunctional way; and incorporating cultural values that define deviant behavior as mental illness. Thus seeking a solution to the problem of the demarcation criterion and much more adequate explanations for the understanding of psychiatric phenomena.

**Keywords:** Mental illness; epistemology; Evolutionism; Evolutionary psychology; History of science; Psychiatry

POUR UNE  
CONCEPTUALISATION  
ÉVOLUTIONNISTE DE  
LA SANTÉ MENTALE

Le problème épistémologique du critère de démarcation (entre ce qui est et ce qui n'est pas une maladie mentale) est l'un des problèmes fondamentaux de la psychopathologie. À travers les âges, diverses conceptualisations de la maladie mentale se sont succédées, de la tradition surnaturelle au très répandu DSM, aujourd'hui mondialement imposé comme la classification officielle des troubles psychiatriques. Cependant, aucune conceptualisation n'a (jusqu'à présent) été réellement satisfaisante pour la discrimination de tels troubles. Pas même le DSM, cette sorte de glossaire construit sur des consensus statistiquement validés, qui marque la suprématie (voire l'hégémonie) du pragmatisme américain sur la Psychiatrie et la Psychologie, et qui repose sur des hypothèses discutables, en particulier sur la supposition que les différentes entités de diagnostic qu'il définit ont une réalité sous-jacente naturelle et universelle.

Cet article propose de suivre la voie tracée par Karl Jaspers, concernant la compréhension (et non la simple description) des troubles psychiques, désormais dans une perspective évolutionniste. Cherchant à mieux connaître le fonctionnement naturel des mécanismes psychologiques, tels qu'ils ont été conçus par l'Évolution; cherchant également à connaître les conditions environnementales qui déclenchent ces mécanismes de manière dysfonctionnelle; et incorporer les valeurs culturelles qui définissent le comportement déviant comme une maladie mentale. Cherchant ainsi une solution au problème du critère de démarcation et des explications bien plus adéquates pour la compréhension des phénomènes psychiatriques.

**Mots-clés:** Maladie mentale; Épistémologie; Évolutionnisme; Psychologie Évolutionniste; Histoire de la science; Psychiatrie

## I. Introdução<sup>1</sup>

### 1.

Lloyd Demause<sup>2</sup> revelou-se pouco timorato ao declarar, logo na primeira linha do seu polémico livro, *The evolution of childhood*, que a história da infância era um *pesadelo* do qual só recentemente se começava a acordar. Não temendo, de igual modo, acrescentar, logo de seguida, que quanto mais se recuasse no tempo, mais baixo seria o nível (documentado) de cuidados prestados às crianças; e maior seria a probabilidade de se encontrarem registos de crianças assassinadas, batidas, aterrorizadas e abusadas sexualmente.

A tese de Demause, note-se, não tinha uma aplicação universal; dizia, quando muito, respeito ao mundo europeu; ou, se se preferir, ao mundo ocidental. Nem, ainda menos, conheceu aceitação universal. Pelo contrário, foi olhada desde o primeiro momento com suspeição e cepticismo; em particular, pela sua leitura e interpretação (pretensamente) psicanalíticas da matéria histórica. Veio a sofrer, por essa e por outras razões, variadas formas de contestação e de refutação nos cerca de quarenta anos que se sucederam à sua publicação; tal como aconteceu, aliás e no fundo, com todo o campo nascente (à época) da psico-história (assim como da psicobiografia, igualmente de inspiração freudiana), na sua generalidade; tal como sucedeu ainda com a sua suposta metodologia inovadora<sup>3</sup>.

Todavia, não obstante todas as suas falhas ou imperfeições, a proposição de Demause teve alguns méritos, entre os quais o principal terá sido o de denunciar e trazer à consciência colectiva a questão das sucessivas e amiúde atrozes concepções de infância, desde a Antiguidade, assim como as práticas daí decorrentes; mostrando ao mesmo tempo, e sobretudo, o quanto tais concepções sobreviveram até ao presente. Ou seja: as sucessivas concepções de infância, putativamente identificadas por Demause, não se substituíram umas às outras ao longo dos séculos; nem se sobrepuseram, como estratos geológicos de rochas sedimentares, subjazendo desse modo — isto é, enterradas e passivas — às concepções actuais; sem, por conseguinte, as influenciarem. Pelo contrário, tal como parece ser comum em fenómenos sócio-culturais do mesmo género, elas acumularam-se<sup>4</sup>, interpenetrando-se e contaminando-se mutuamente, século após século, em maior ou menor grau, até à actualidade, sob a forma concreta,

---

<sup>1</sup> Este artigo utiliza a grafia anterior ao Acordo Ortográfico de 1990.

<sup>2</sup> DEMAUSE, L. – *The evolution of childhood*.

<sup>3</sup> Todos esses esforços foram demolidos, por assim dizer, logo à nascença. Para dar um único exemplo de uma crítica particularmente contundente, Stannard entende que «we have seen that, from the earliest endeavors to write psychohistory to those of the present, individual writings of would-be psychohistorians have consistently been characterized by a cavalier attitude toward fact, a contorted attitude toward logic, an irresponsible attitude toward theory validation, and a myopic attitude toward cultural difference and anachronism.» (STANNARD, D.E – *Shrinking history: On Freud and the failure of psychohistory*, p. 147.)

<sup>4</sup> A este respeito, e a título de ilustração, atente-se, por exemplo, nas seguintes palavras: «Change in a society is largely a *cumulative* process. In other words, it is a process in which new elements are added to the sociocultural system far more often than older elements are eliminated. This is why sociocultural systems have grown so much more complex over the course of history.» (LENSKI, NOLAN e LENSKI – *Human societies*, p. 55.)

por exemplo, de concepções ou de suposições implícitas. Dito por outras palavras, Demause mostrou acerca da infância que o modo como uma determinada comunidade (na sua globalidade) ou sociedade olha para as suas crianças, ou concebe a própria noção de infância, é um compósito que conserva, em menor ou maior grau, elementos da história como essa comunidade ou sociedade olhou para as suas crianças, ou concebeu a infância, ao longo dos séculos. Sabendo-se, em termos de regra geral, que quanto maior for a comunidade ou a sociedade, maior será a sua heterogeneidade; o que significa em termos práticos que num determinado momento, podem ter co-existido num mesmo local concepções e práticas muito diferentes em relação à infância; das mais atrozes às mais avançadas; do infanticídio abertamente praticado e tolerado, ou do abandono instituído, até às concepções (à época) inovadoras de Rousseau ou de Erasmo de Roterdão.

De um certo modo, ainda que num âmbito necessariamente muito mais reduzido, pode-se afirmar — *mutatis mutandis* — algo de semelhante acerca da história das concepções de doença mental. Isto é: que, por um lado, a história da doença mental é (também ela) um pesadelo do qual só recentemente o mundo ocidental começou a despertar. E que, por outro lado, as sucessivas concepções que acompanharam o devir das civilizações europeias não se revelaram mutuamente excludentes; que, pelo contrário, se vêm acumulando e polinizando-se umas às outras; fazendo com que, por exemplo, possam co-existir a cada momento, numa mesma sociedade, as concepções mais avançadas ou mais humanas a par com os estereótipos mais retrógados ou mais despiedosos. Pode-se, no actual momento, debater com entusiasmo os avanços científicos no conhecimento da doença mental, permitidos (por exemplo) pelos dados mais recentes da neuro-imagiologia, ao mesmo tempo que prevalecem, sobretudo nos meios populares, as representações sociais mais cruéis, das quais a mais inócua, em termos relativos, será a do «tolinho da aldeia» — estereótipo assaz universal, aliás: «tonto del pueblo», «fou du village», «village idiot», «scemo del villaggio», etc. Dito de outro modo: não obstante todos os avanços, permanecem — em paralelo — numa mesma sociedade as formas mais arcaicas de designar e tratar (e, desse modo, estigmatizar) diferentes formas de desvio à norma socialmente aceite; e que vão desde a ignorância à (putativa) defectividade mental, passando pela «tolice» e pela suposta loucura.

## 2.

O assunto é vasto, complexo e caracterizado por cambiantes dificilmente apreensíveis no seu tecido. Não pode ser aqui tratado. Mesmo o estereótipo do «tolinho da aldeia» constituiu amiúde um papel social aceite; ou seja, uma forma de a comunidade conceber e, apesar de tudo, tolerar o desvio; forma essa que hoje nos choca, que parece ser (no mínimo) ingénuo, que parece servir apenas o propósito intolerável de causar tormento ou disso tirar prazer; mas que reflectiu a cosmovisão de épocas passadas, a qual também não cabe aqui considerar, tratar ou muito menos julgar. Este não é aliás o local para esboçar, a não ser nas suas linhas mais gerais, a história da doença mental, da Psiquiatria ou da Psicopatologia; que, de resto, foram já descritas e escritas, várias vezes, de forma assaz completa e brilhante. Nem tão pouco é este o local para questionar o papel desempenhado pela Psiquiatria e pela Psicopatologia nas sucessivas definições de doença mental. Dir-se-á somente que desde a tradição sobrenatural, cuja origem

estará muito para além do advento do registo escrito, até aos dias de hoje, marcados pelo omnipresente e oracular manual *DSM*<sup>5</sup>, essas três entidades começaram a cruzar-se, ora aproximando-se ora afastando-se, em particular a partir do século XIX, naquilo que se veio a revelar ser um percurso acidentado e nem sempre pacífico. A prática da Psiquiatria — ou fosse o que fosse que antecedeu a sua chegada formal — que até ao final do século XIX foi caracterizada sobretudo, resumindo em poucas palavras com Panksepp<sup>6</sup>, pela superstição e pela punição, pontuadas por ocasionais preocupações humanas, nunca esteve muito afastada — nem poderia estar — das sucessivas formas, mais populares do que científicas, de conceptualizar a doença e a doença mental. Mesmo as abordagens vagamente baseadas no que hoje se entende ser a Medicina, tentaram definir e tratar a doença mental com base numa lógica selvagem ou irracional, denuncia ainda Panksepp, assim como em crenças sem fundação ou substância científicas; daí resultando práticas atrozes como o espancamento, a privação de alimento ou a restrição de movimentos. Afinal não muito diferentes das práticas intensamente cruéis que se utilizaram durante séculos com as crianças, no mundo europeu, como forma de as «educar». E às quais se foram juntando outras mais específicas, como a trepanação, os tratamentos de choque com água quente e gelada ou as diferentes formas de xamanismo, correspondendo no fundo a concepções pesadelares da doença mental. As quais (no mundo ocidental) só a partir do século XVIII, nomeadamente com Chiarugi, D'Aquin ou Pinel, se começaram a dissipar.

Aquilo que interessa aqui reter, dessas entidades e das respectivas histórias, é que os seus sobressaltos constituem reflexos da muito grande ignorância que existiu e que persiste até hoje acerca do que seja, ou deixe de ser, a doença mental. Ignorância que acaba constituindo um terreno fértil, no qual facilmente crescem as sementes da dúvida, do desentendimento, da discordância e de (ainda) mais ignorância; mas igualmente as sementes de interesses económicos mais ou menos óbvios, de aproveitamentos políticos mais ou menos camuflados, de proselitismos diversos; ou até de simples mas duvidosos oportunismos. Por outro lado, e não menos importante, não existindo um entendimento significativo ou derradeiro acerca do que possa ser a doença mental, nem forma rápida ou fácil ou efectiva de o atingir<sup>7</sup>, torna-se demasiado fácil — e demasiado tentador — lançar pedras sobre o edifício da Psiquiatria. Atingindo, deliberadamente ou não, os seus telhados de vidro; colocando em causa, em particular, a legitimidade das suas pretensões de ser uma disciplina verdadeiramente médica, conforme observa

---

<sup>5</sup> A sigla designa o conhecido e célebre *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*, publicado pela *American Psychiatric Association*, correntemente (desde Maio de 2013) na sua quinta edição. Por razões variadas, este manual veio a impor-se a nível mundial como a classificação oficial dos transtornos psiquiátricos.

<sup>6</sup> PANKSEPP, J. — *Biological psychiatry sketched: Past, present, and future*, p. 5.

<sup>7</sup> Jerome Wakefield refere a este respeito: «Aceitando a observação comum de que não existe nenhum teste laboratorial, ou indicador fisiológico, que se possa estabelecer como 'regra de ouro' para a determinação da doença mental, e aceitando que os critérios actuais são falíveis, cabe-nos ainda perguntar por que razão deveremos lutar com o próprio conceito, esquivo, de doença [...] A realidade é que todos os testes de uso comum para distinguir doença de outras condições não mórbidas repousam em suposições implícitas acerca do conceito de doença.» (WAKEFIELD, J. — *Para uma definição de doença mental*, p. 102)

Wakefield<sup>8</sup>; e não, tal como o reivindicou (por exemplo) a facção da anti-psiquiatria, uma suposta instituição de controlo social mascarada de disciplina médica.

É errado e é inútil. Não será dessa forma que se atingirá o conhecimento em falta. De resto, a Psiquiatria é ainda uma ciência jovem<sup>9</sup>. Que ciência não tem — ou teve — telhados de vidro durante o seu desenvolvimento?

## II. Dois problemas fundamentais na determinação da doença mental

### 1.

Tal como afirmei noutra local,<sup>10</sup> para tal parafraseando Popper,<sup>11</sup> o problema do critério de demarcação entre o que é e o que não é científico não constitui apenas, em termos puros, o problema mais fundamental de toda a Epistemologia. O problema que deu origem a quase todos os outros. Pode ser também, por exemplo e em termos muito concretos, uma forma de exercer poder, uma vez que a diferença entre a Ciência e a pseudo-Ciência é inarticulável, em termos genéricos, no actual estado de desenvolvimento e a acreditar em Lakatos<sup>12</sup>. De onde resulta uma situação que se presta a abusos: não havendo uma «lei» que discrimine o que é e o que não é científico, tal como frisa o mesmo Lakatos, existe *a priori* um risco acrescido de arbitrariedades diversas em todo o processo, por parte de quem assuma as funções de juiz ou de júri; mesmo que a existência de lei (ou de leis) não constitua em si mesma garantia do desaparecimento da arbitrariedade.

Por analogia, e em termos simples ou mesmo simplistas, poder-se-á argumentar que o critério de demarcação entre o que é e o que não é doença mental é um dos problemas fundamentais do campo da Psicopatologia<sup>13</sup>. É possível que seja o maior de todos, o mais importante; o problema a partir do qual quase todos os outros se originaram. Ou não. Podendo igualmente constituir uma forma, mais ou menos subtil, de exercer poder, uma vez que não existindo, como atrás se referiu com Wakefield, uma «lei» (isto é, um teste laboratorial, um indicador fisiológico, uma «regra de ouro», etc.) para a determinação da doença mental, chega-se uma vez mais à situação de apenas haver juízes ou júris; e, de novo, ao risco acrescido de tal critério depender em demasia da sua vontade, arbítrio ou até capricho. E daí também o risco igualmente acrescido da Psicopatologia e da Psiquiatria, por vezes dificilmente distinguíveis uma da outra, se constituírem como instituições de controlo social; o que não é obviamente a sua vocação.

---

<sup>8</sup> WAKEFIELD, J. – *Para uma definição de doença mental: valores e factos*, p. 103-104.

<sup>9</sup> Esta observação deve-se a Pio Abreu, que refere ser a Psiquiatria ainda jovem e de estatuto mal definido. Não obstante terem-se entretanto passado 25 anos sobre a sua publicação, a observação mantém a sua actualidade. (ABREU, P. – *Introdução à psicopatologia compreensiva*, p. 14.)

<sup>10</sup> URBANO, P. – *Da história e da epistemologia da Psicologia*, p. 2.

<sup>11</sup> POPPER, K. – *Two notes on induction and demarcation*, p. 315.

<sup>12</sup> A tese de Lakatos tem quase cinquenta anos. É possível, provável e aceitável conceber que o actual estado de desenvolvimento científico já permita, mesmo que apenas de forma pontual, articular algumas regras objectivas.

<sup>13</sup> O qual, por sua vez, faz parte de um debate mais amplo sobre o que possam ser saúde e doença.

Seja como for, este primeiro problema, sendo obviamente fundamental, não é inultrapassável, conforme se defenderá adiante. Pelo contrário, não é sequer idiopático, apesar das aparências em contrário. Corresponde em certa medida a uma fase ou estágio do desenvolvimento da Psicopatologia, enquanto ciência ou ramo da grande árvore da Ciência. E de uma forma ou de outra, todas as ciências e todos os ramos passam (ou passaram) por fases semelhantes. Poder-se-ia dizer, em termos muito amplos, que a construção e o crescimento do saber científico passam inelutavelmente por sucessivos consensos e dissensos; acerca dos quais se pode adaptar as palavras de Herbert Spencer<sup>14</sup> — ditas com ironia e humor — para postular um período inicial de unanimidade, entre quem pouco ou nada sabe do assunto; seguido de um período de dissidência, entre quem o estuda e aprofunda; e, enfim, um novo período de unanimidade, desta feita entre quem sabe alguma coisa e mostra sensatez; unanimidade essa que é eventualmente provisória e, em todo o caso, limitada aos pontos tidos como mais importantes; até novo ciclo de consensos e dissensos. Voltar-se-á, adiante, a este ponto.

## 2.

Se o problema do critério de demarcação é um problema que diz — na sua essência — respeito ao objecto de estudo da Psicopatologia, o segundo grande problema, que não é necessariamente menor, tem sobretudo a ver com o sujeito epistémico ou cognoscente. E afecta, de igual modo, as ciências e as práticas que se ocupam das questões da saúde e da doença mental; entre as quais pontificam a Psicopatologia e a Psicologia, quer como ciências autónomas, quer como disciplinas básicas de auxílio à Psiquiatria<sup>15</sup>.

A matéria é uma vez mais vasta, complexa e repleta de cambiantes dificilmente apreensíveis. Não pode, também por essa razão, ser aqui tratada. Todavia, a questão merece ser aqui articulada nos seus termos mais gerais e mais rudimentares, visto tocar em pleno no problema das representações sociais (sobretudo populares) da doença mental; sendo que estas, por sua vez, podem contaminar, sem que disso se tome consciência, a respectiva conceptualização científica.

## 3.

Apesar<sup>16</sup> de óbvio, ou justamente por isso mesmo, e apesar de existirem algumas excepções notáveis, tende-se a subestimar (ou a desprezar) nas ciências sociais e humanas — em particular na Psicologia — a sua proximidade em termos epistemológicos com o conhecimento vulgar, por um lado. E, por outro lado, e o que é mais grave, a questão

---

<sup>14</sup> *Apud* BLUM, E. — *La pédologie*, p. 299.

<sup>15</sup> A Psicologia, ou pelo menos alguns dos seus ramos, é simultaneamente uma ciência e uma prática. A proposição de ser, juntamente com a Psicopatologia, uma disciplina básica de auxílio à Psiquiatria pertence a Pío Abreu, que considera esquematicamente a Psicopatologia como uma extensão patológica, à semelhança do que sucede com a Anatomia Patológica (como extensão da Anatomia) e com a Patologia Geral (como extensão da Fisiologia); compreendendo a estrutura básica da Medicina três ramos: Cirurgia, Medicina Interna e Psiquiatria. (ABREU, P. — *Introdução à psicopatologia compreensiva*, p. 13)

<sup>16</sup> A argumentação a seguir exposta retoma, com ligeiras modificações ou adaptações, a tese por mim defendida noutra local, referente ao processo de cientificação da Psicologia (URBANO, P. — *Da história e da epistemologia da Psicologia*, Nota 6, pp. 10 e ss.).

dos obstáculos epistemológicos que, por assim dizer, se interpõem entre o sujeito cognoscente e o objecto do seu conhecimento.

«E não se trata», tal como refere Bachelard<sup>17</sup>, «de considerar obstáculos externos, como a complexidade e a fugacidade dos fenómenos, nem tão-pouco de incriminar a fraqueza dos sentidos e do espírito humano: é no próprio acto de conhecer, intimamente, que aparecem, por uma espécie de necessidade funcional, lentidões e perturbações. É aqui que residem causas de estagnação e mesmo de regressão, é aqui que iremos descobrir causas de inércia a que chamaremos obstáculos epistemológicos.»

Do desconhecimento ou do desprezo desses dois factos e, por outro lado, do encontro entre eles, ocorrem com facilidade nestas ciências aquilo a que se poderia chamar perversidades epistemológicas, como, por exemplo, a transformação de mero conhecimento vulgar em suposto conhecimento científico, através de processos quase mágicos, como a mera operacionalização de conceitos vulgares, do dia-a-dia ou do senso comum, os quais são então (e por exemplo) medidos, quantificados e comparados através de metodologia estatística avançada, sem no entanto serem submetidos a notável (se é que algum) exame crítico<sup>18</sup>. Ou a concorrência do senso comum na própria explicação dos fenómenos que a ocupam. Deste modo, o facto de muitos dos conceitos dessas ciências serem prisioneiros da linguagem e da cultura que lhes está na origem, torna-as particularmente vulneráveis ao contacto com tal sabedoria, vinda de fora (do senso comum, da cultura popular, com a qual competem), ou vinda de dentro (dos seus praticantes) e aceite de forma inconsciente e acrítica. O que não tenderá a acontecer com algumas das outras ciências, por motivos mais ou menos óbvios: tal como nota ainda Bachelard<sup>19</sup>, «as ciências físicas e químicas, no seu desenvolvimento contemporâneo, podem ser caracterizadas epistemologicamente como domínios de pensamento que rompem nitidamente com o conhecimento vulgar.» Mas que tende de facto a suceder, de um modo geral, com as ciências ditas humanas e sociais; a menos que estejam sujeitas a vigilância permanente. A eterna vigilância é o preço da liberdade<sup>20</sup>.

---

<sup>17</sup> BACHELARD, G. – *Épistémologie*, p. 165.

<sup>18</sup> Tomo aqui de empréstimo o conceito de «exame crítico» de Popper, enunciado, por exemplo, no contexto das fontes de conhecimento da Ciência: «Não há fontes últimas do conhecimento. Todas as fontes, todas as sugestões, são bem-vindas; e todas as fontes, todas as sugestões, estão abertas a um exame crítico.» (Acerca das fontes do conhecimento e da ignorância. Conferência Filosófica Anual lida perante a Academia Britânica a 20 de Janeiro de 1960. Publicada pela primeira vez em *Proceedings of the British Academy*, 46, 1960, e em separata pela Oxford University Press, 1961. Reimpresso em POPPER, K. – *Conjectures and refutations*, p. 48)

<sup>19</sup> *Ibidem*, p.18.

<sup>20</sup> A frase original, «Eternal vigilance is the price of liberty», cuja autoria é disputada, terá sido proferida por Wendell Phillips num contexto muito diferente, discursando a 28 de Janeiro de 1852, perante os membros da *Massachusetts Anti-Slavery Society*. É aqui utilizada para estabelecer uma contrapartida necessária à liberdade fundamental de investigar, sem a qual a prática da Ciência não é sequer possível. Mas pode e deve ser aplicada em várias outras situações ou a outros processos científicos, como, por exemplo, para impor limites ao reducionismo metodológico, estratégia que provou ser eficaz em trezentos anos de história da Ciência moderna, mas que deve estar de igual modo sujeita a «vigilância permanente», de modo evitar os excessos que tendem a ocorrer com a sua utilização.

Galbraith<sup>21</sup> observa a esse respeito aquilo que, por mais uma vez constituir um truísmo, raramente é enunciado: «porque os fenómenos económico e social [...] fornecem poucas provas sólidas do que existe e do que não existe, proporcionam ao indivíduo um luxo que não lhe é dado pelos fenómenos físicos. Dentro de considerável amplitude é-lhe permitido acreditar no que lhe agrada. Pode ter deste mundo a visão que achar mais agradável ou ainda a seu gosto». De onde resulta, insiste o autor, que «[...] na interpretação de toda a vida social, há uma competição persistente e infundável entre o que está correcto e o que é meramente aceitável. [...] Assistências de todas as espécies aplaudem o que mais gostam»<sup>22</sup>.

A Psicologia e a Psicopatologia não são, neste aspecto, diferentes das restantes disciplinas que lidam com a realidade social e estão, além disso, encarregues de a interpretar; o que faz com que também elas tenham que enfrentar a concorrência do conhecimento vulgar, do qual têm por outro lado o problema de se demarcar (desde logo ao nível da linguagem e dos conceitos). Desta concorrência resulta muitas vezes um fenómeno de considerável perversidade: a tentação de se sujeitarem ao exame da aprovação da assistência<sup>23</sup>, em vez de se sujeitarem ao exame da verdade ou ao exame crítico. O que é um problema particularmente agudo no caso destas duas ciências, por estarem demasiado expostas à influência, ou liderança, do poderoso (e amiúde hegemónico) sistema científico dos Estados Unidos da América nestes domínios; a filosofia do pragmatismo que lhe está subjacente (que está aliás subjacente à própria nação americana, desde a sua fundação), a necessidade de vender os seus serviços, o próprio *ethos* nacional, articulado em torno do que é útil e espectacular, entre outras razões, poderá levá-las justamente a procurar em primeiro lugar a aprovação da assistência. O que seria impensável, por exemplo, no contexto científico europeu continental; ou, mais especificamente, no contexto da tradição intelectual alemã, que esteve na origem de ambas as disciplinas — a psicologia de Wundt, por exemplo, ou a psicopatologia de Jaspers. Ora a aceitabilidade, tal como a verdade, retomando a argumentação de Galbraith<sup>24</sup>, cria consensos rapidamente e «as ideias acabam por se organizar à volta do que a comunidade como um todo ou as assistências particulares acham aceitável»; e, por outro lado, «como a familiaridade é uma prova tão importante da aceitabilidade, as ideias do aceitável têm grande estabilidade. São altamente prognosticáveis<sup>25</sup>». Ou seja, são aceites como verdadeiras e consideram-se verdadeiras por serem aceites; acabando por constituir aquilo que este autor designa por sabedoria convencional sem, no entanto, terem que ter a forma habitual da sabedoria popular; pelo contrário, tais ideias também se sabem exprimir nos mais elevados níveis de sofisticação e erudição intelectual, que com o tempo e por virtude do debate as tornarão muito elaboradas, acabando por ter uma literatura e até uma mística própria; acabando por se tornarem mais ou menos idênticas à perfeita erudição, o que torna a certa altura a sua posição virtualmente inexpugnável — quem as desafia mostra que não dominou

---

<sup>21</sup> GALBRAITH, J. – *The affluent society*, p. 41.

<sup>22</sup> *Ibidem, idem.*

<sup>23</sup> Ou, poder-se-ia acrescentar à argumentação de Galbraith, dos interesses económicos.

<sup>24</sup> GALBRAITH, J. – *Op. cit.*, p. 42.

<sup>25</sup> *Ibidem, idem.*

a sua complexidade<sup>26</sup>. Fechando-se um novo círculo, tanto mais rapidamente quanto mais notória for a ausência de outros conteúdos.

Ou seja, partindo da sabedoria convencional, se procurarem acima de tudo obter a aprovação do público ou dos interesses económicos, a Psicologia e a Psicopatologia arriscam-se a não produzir no final mais do que sabedoria convencional, disfarçada por uma retórica sofisticada de aparência científica ou por uma densa floresta de dados, tornados legíveis através de técnicas estatísticas de vanguarda; o jargão vazio e a mistificação tomando o lugar dos problemas, que se tornam pseudo-problemas, para os quais se descobrem pseudo-soluções, marcadas (utilizando ainda as palavras de Galbraith) pela necessidade de aprovação daqueles a quem se dirige; articulando-se então, ambas as disciplinas, em torno de ideias que, por serem convenientes, aceitáveis e úteis, se tornam sacrossantas; ocupadas então pelo exercício fútil de afirmar e descrever através de palavras elegantes, eruditas ou de aparência científica aquilo que o senso comum julga saber há muito tempo; mantendo eventualmente a ilusão de, acumulando resultados e consensos validados através de médias e outras medidas estatísticas, estarem a construir e a transmitir conhecimento. Quando, na realidade, não o estão a fazer. A Ciência não é «senso comum organizado», tal como afirmou Charles Darwin, num dos seus clarões de espírito: «When it was first said that the sun stood still and world turned round, the common sense of mankind declared the doctrine false; but the old saying of *Vox populi, vox Dei*, as every philosopher knows, cannot be trusted in science»<sup>27</sup>.

#### 4.

As concepções behavioristas de John Watson marcaram a história da Psicologia, logo no início do século XX, quando foram amplamente propagandeadas. Mas também ao longo de todo esse século, ao contaminarem quase tudo à sua volta; na América como no resto do mundo, sujeito à sua influência. Tais concepções não são, nalguns casos, mais do que semi-aforismos simplórios, destituídos de significado profundo, sem grande fundamentação ou alcance. Constituem exemplos acabados desse tipo de epistemologia popular e preguiçosa, para cujo empirismo, evidente e inato, um facto se limita a ser um facto. Mais do que objectos de conhecimento científico, lembram sermões, prescritivos e normativos; e nesse âmbito, prestaram-se maravilhosamente às grandes audiências dos Estados Unidos da América, seduzidas talvez pelo seu conteúdo mas, acima de tudo, pela sua forma; suspensas além disso nas palavras maviosas desse grande comunicador que era Watson, que não tinha medo dos *mass media*, o novo árbitro da consciência<sup>28</sup>; Watson que, à semelhança de alguns romancistas igualmente americanos, tinha mais estilo do que substância<sup>29</sup>.

---

<sup>26</sup> *Ibidem*, p. 44.

<sup>27</sup> DARWIN, C. – *The origin of species by means of natural selection, or the preservation of favoured races in the struggle for life*, p. 134. É de notar que a frase encontra-se na última edição (de 1872) da obra.

<sup>28</sup> A expressão deve-se a Daniel Boorstin. Um árbitro criado pela alfabetização das massas e, justamente, pela circulação massiva da imprensa (BOORSTIN, D. – *Cleopatra's Nose*, p. 70).

<sup>29</sup> É difícil não estabelecer neste ponto um paralelismo com Ernest Hemingway, salvas as devidas proporções. Bloom afirma acerca deste último: «He is the first instance of a recurrent American phenomenon: a minor novelist with a major style». Acrescentando logo a seguir algo que, *mutatis mutandis*, se

Entre diversos problemas epistemológicos graves de tais concepções, assim como daquelas que se lhe seguiram (com outros nomes), está em primeiro lugar a recusa dogmática de teoria. Ou, dito de uma outra forma, a ilusão obstinada de conseguir escapar à teoria. Watson resolveu, como é sabido, o assunto de forma expedita: considerando todo o sujeito humano como uma «caixa negra», acerca do qual nada se sabe, *nem tem que se saber*; apenas interessa aquilo que se vê — as «entradas» (os estímulos) e as «saídas» (as respostas). Após Watson, por várias razões, a tônica na corrente dominante da Psicologia virou-se para os números, para as quantidades, para a estatística; números que acabaram ganhando o estatuto de *fétiche*; conceitos (estímulo e resposta) que acabaram sendo designados por outros nomes (variável independente e variável dependente, etc.). Mas a ilusão de se poder praticar Ciência sem teoria que a sustenta, que a articule, que lhe aponte rumos (etc.) manteve-se, até hoje. Ilusão essa que é comum nos Estados Unidos. Faz até parte do *ethos* da nação, desde os seus tempos de colónia inglesa. Ilusão que é mantida, no que à Psicologia diz respeito, à custa de fumo e espelhos: uma rede nomológica, que supostamente valida conceitos discutíveis, retirados da linguagem e do conhecimento vulgar; um mecanismo de operacionalização desses mesmos conceitos, através da sua (putativa) quantificação e medição; e uma doutrina, o operacionalismo radical, que sustenta todo o edifício<sup>30</sup>. Ilusão que reflecte uma considerável arrogância da parte de quem a mantém viva, ao partir do princípio inquestionado de se estar desse modo a reflectir uma suposta estrutura natural e universal do ser e do existir humanos. Arrogância que, por outro lado, não é simples mas antes um composto complexo de ignorância, solipsismo, anti-intelectualismo e até negação pura. Conceitos que já existiam no meio cultural, que já estavam incorporados na linguagem (no vocabulário e na estrutura gramatical) de todos os dias, antes de serem considerados como (supostos) objectos de estudo empírico, através desse passe de mágica que é a sua operacionalização.

A recusa dogmática de teoria leva pois a que se estabeleçam conceitos a partir de supostos procedimentos indutivos (em especial, a partir de generalizações obtidas por inferência estatística, obtidas a partir de um sem-número de observações) aos quais falta todavia uma das principais propriedades do conhecimento científico, tantas vezes repetida por Popper: o facto de não serem enunciados conjecturais, abertos à refutação; passíveis, obrigatoriamente, de serem testados por repetidas observações e experiências, ao invés de serem induzidos a partir daí. Acima de tudo, a recusa de teoria é fátua, tal como é tola e insensata a ideia de que se pode medir (seja o que for) sem teoria. Tal como refere Popper<sup>31</sup>, de um modo genérico: «há uma série de problemas

---

poderia aplicar também a Watson, no que respeita ao seu eventual lugar no panteão da Psicologia científica: «A genius of sensibility who cannot create deep inwardness in his characters is better suited to the short story, where lyric intensity can replace drama». (BLOOM, H. – *Genius*, p. 573) Isto é, Watson criou panfletos, mais ou menos sugestivos, mas não criou necessariamente Ciência.

<sup>30</sup> Toda esta questão é notavelmente complexa e não pode ser resumida em poucas palavras senão de uma forma demasiado imperfeita. Abordei-a, somente nos seus termos mais básicos, noutra local: URBANO, P. – *Da história e da epistemologia da Psicologia*, p. 5 e ss.

<sup>31</sup> «Ciência: conjecturas e refutações». Conferência dada em Peterhouse, Cambridge, no Verão de 1953, como parte de um curso sobre desenvolvimento e tendências na filosofia britânica contemporânea,

interessantes que são levantados pelo operacionalismo, a doutrina segundo a qual os conceitos teóricos têm de ser definidos em termos de operações de medição. Contra esta ideia, pode ser demonstrado que as *medições pressupõem* teorias. Sem teoria não há medições, nem nenhuma operação passível de ser satisfatoriamente descrita em termos não-teóricos. As tentativas nesse sentido são sempre circulares: por exemplo, a descrição da medição do comprimento requer uma teoria (rudimentar) da medição do calor e da temperatura; mas estas, por seu turno, envolvem medições do comprimento.»

## 5.

É discutível se a Psicopatologia escapou ou não às concepções behavioristas de John Watson; ou às concepções neo-behavioristas que se lhe seguiram. É muito menos discutível, embora a questão esteja sempre aberta a debate e a exame crítico, se o manual *DSM* escapou à fátua recusa de teoria, característica da corrente dominante da Psicologia nos Estados Unidos. Para autores como Gaulin e McBurney<sup>32</sup>, a resposta é simples, clara e encontra-se impressa nas páginas do próprio manual: «The most significant aspect of the *DSM* from an evolutionary perspective is that it explicitly adopts a non-theoretical approach to classifying the disorders». Ou seja, embora se tenha baseado inicialmente na taxonomia de Kraepelin e nas suas categorias, condimentadas por perspectivas psicanalíticas<sup>33</sup>, o manual *DSM* evoluiu ao longo de vários ciclos, na direcção de uma espécie de glossário, supostamente a-teórico, da doença mental; o que supostamente aconteceu devido ao facto de não existir concordância ou entendimento entre a Psiquiatria e a Psicologia, quer acerca das possíveis causas de muitas (putativas) perturbações, quer acerca da forma ou das formas de as tratar.

A ilusão teimosa de conseguir produzir um sistema de classificação não-teórico das doenças mentais é apenas um de vários problemas epistemológicos que afectam tal sistema; não tendo uma base teórica, observam Gaulin e McBurney, não se deve esperar dele uma grande coerência<sup>34</sup>, por exemplo. Mas não deixa por isso de ser um problema grave, ao criar e manter a ilusão de objectividade e de rigor, ao mesmo tempo que distrai a atenção colectiva para o facto de muitas das entidades que define serem (ou terem sido, na sua origem) culturalmente definidas; não reflectindo nenhuma estrutura natural e universal do ser e do existir humanos, caso exista uma tal coisa; sendo, pelo contrário, prisioneiras da linguagem e da cultura que lhes está na origem. Horwitz<sup>35</sup> exprime muito bem a questão, não obstante a economia de palavras: «The entities of the *DSM* are so widely accepted that it is difficult to realize how arbitrary many of them initially were».

---

organizado pelo *British Council* — originalmente publicada sob o título «Philosophy of science: a personal report», *British Philosophy in Mid-Century*, editado por C.A. Mace, 1957. Reimpresso em POPPER, K. — *Conjectures and refutations*, p. 93.

<sup>32</sup> GAULIN e MCBURNEY — *Evolutionary psychology*, p. 239.

<sup>33</sup> Esta breve caracterização deve-se a PANKSEPP, J. — *Biological psychiatry sketched: Past, present, and future*, p. 17.

<sup>34</sup> GAULIN e MCBURNEY — *Op. cit.*, p. 239.

<sup>35</sup> HORWITZ, A. — *Social constructions of mental illness*, p. 569.

### III. À luz da evolução

#### 1.

Deve-se ao geneticista e biólogo evolucionista Theodosius Grygorovych Dobzhansky<sup>36</sup> uma das frases mais vezes repetidas na literatura das ciências biológicas: «Nothing in biology makes sense except in the light of evolution». Esta frase, inspirada pela ideia de Teilhard de Chardin<sup>37</sup> de que a evolução é uma luz que ilumina todos os factos, pode ser interpretada de diferentes modos; tanto mais que o próprio Dobzhansky se afirma, na mesma ocasião e de forma algo confusa, criacionista e evolucionista. Contudo, o sentido mais imediato é possivelmente o mais fecundo: é muito difícil compreender algo em Biologia (seja um órgão do corpo, seja um esquema inato de comportamento) sem se perceber primeiro por que razão esse «algo» apareceu, qual a sua função, por que razão se manteve ou se transformou ou evoluiu.

Poder-se-ia acrescentar, como corolário, que muito pouco faz sentido na maior parte das áreas adjacentes à Biologia, a não ser à luz da evolução. Desde logo na Medicina, pela sua proximidade e pelo facto de aquela constituir a fundação científica desta<sup>38</sup> — algo que, de qualquer modo, é muito evidente em disciplinas como a Anatomia, a Fisiologia ou a Neurologia. O mesmo se podendo afirmar, embora em diferentes graus, de outras áreas um pouco mais afastadas: a luz da evolução dará sentido (ou mais sentido) a muitos fenómenos que constituem objecto de estudo da Psiquiatria, da Psicologia ou da Antropologia (etc.), ainda que as questões distais levantadas pela evolução não substituam as questões proximais, que dizem respeito ao sujeito (e não à espécie), de acordo com o famoso esquema das quatro questões ou níveis de explicação de Nikolaas Tinbergen acerca do comportamento<sup>39</sup>. Ou seja, a evolução representa um dos níveis de análise do comportamento humano, necessário mas não suficiente; sendo que todos eles são complementares e mais ou menos pertinentes, consoante os tipos de questões: nuns casos, será mais pertinente conhecer a ontogenia de um determinado comportamento ou conjunto de comportamentos (*e.g.* como se desenvolveu ou desenvolveram num dado sujeito ou grupo de sujeitos); noutros, será fundamental conhecer e compreender a sua filogenia: como é que tal ou tais comportamentos se originaram e se modificaram ao longo da história evolutiva da espécie em estudo; independentemente de tais comportamentos, no caso da espécie humana, serem ou terem sido considerados «normais» ou «patológicos», num dado

<sup>36</sup> DOBZHANSKY, T. – *Nothing in biology makes sense except in the light of evolution*.

<sup>37</sup> CHARDIN, Pierre Teilhard de – *Le Phénomène humain*, p. 242. A frase original deste autor é: «Une lumière éclairant tous les faits, une courbure que doivent épouser tous les traits: voilà ce qu'est l'Évolution.»

<sup>38</sup> Este argumento é bastante consensual. Veja-se por exemplo MELILLO e LEISMAN – *Neurobehavioral disorders of childhood*, p. 15.

<sup>39</sup> Como é sabido, as chamadas «quatro questões de Tinbergen», por alusão ao biólogo holandês Nikolaas Tinbergen (1907–1988), são quatro questões (ou explicações ou níveis de análise) baseadas nas quatro causas de Aristóteles, que sugerem e pressupõem uma compreensão integrativa do comportamento (animal); a qual tem necessariamente que incluir níveis de análise proximal e distal, assim como sincrónicos e diacrónicos. Ou seja, esquematizando, o conhecimento e a compreensão de um determinado comportamento implica o conhecimento e a compreensão da sua filogénese (ou evolução), da sua ontogénese (o seu desenvolvimento no indivíduo), do mecanismo (ou causa) e da sua função (ou adaptação). Para uma exposição sintética destes quatro níveis de explicação, veja-se por exemplo GAULIN e McBURNEY – *Evolutionary psychology*, p. 15-16).

momento histórico (etc.). Nesse sentido, a Psicopatologia será mais iluminada pela luz metafórica da evolução do que, por exemplo, a Psiquiatria; embora esta divisão esquemática seja sobretudo didáctica.

## 2.

A evolução, todavia, não constitui em si mesma um guia, nomeadamente em muitas dimensões do existir e do devir humanos. Não é, por exemplo, um guia ético; não evidencia o que é «bom» ou o que é «mau»<sup>40</sup>. Apesar disso, a evolução (em sentido lato) condicionou e condiciona as mais diversas evoluções respeitantes à espécie humana, em particular aquelas que se podem agrupar na grande categoria da «co-evolução gene-cultura». Nesse âmbito, condicionou e condiciona a evolução do senso moral — que tem que ser em parte aprendido, em todos os sujeitos — e as razões para isso são variadas, das mais básicas às mais complexas. Entre as primeiras, está o facto — tal como defende Edward Wilson<sup>41</sup> — de o sistema límbico-hipotalâmico ser a fonte de todas as emoções, sistema esse que por sua vez é um produto de evolução através de selecção natural. Nesse sentido, a evolução biológica faz parte de um sistema de uma complexidade superlativa, do qual fazem parte o sistema nervoso, o cérebro, as glândulas, as hormonas (etc.), os quais, por sua vez, em conjugação com os condicionamentos, com a aprendizagem, com a linguagem, com a cultura (etc.), determinam sentimentos, emoções, padrões de comportamento, normas sociais, novas formas de cultura, etc. Dito de uma outra forma<sup>42</sup>, a moral humana foi criada a partir de uma capacidade evolvida de formar padrões morais, que é preparada na sua ontogenia — sobre a qual se sabe ainda muito pouco. Tal capacidade não surgiu do nada, em abstracção, como pura função biológica; surgiu necessariamente, à semelhança de todas as funções biológicas aliás, como uma resposta ou padrão de respostas a estímulos presentes de forma sistemática e prolongada no meio ambiente. Tal capacidade, por outro lado, representará (metaforicamente) apenas uma plataforma sobre a qual se irá depois construir o resto do edifício.

Nesse mesmo sentido, e por analogia, a evolução não evidencia em si mesma o que é doença mental ou normalidade. E uma das razões para que isso suceda é, possivelmente, uma das ideias mais propagandeadas entre os partidários do evolucionismo aplicado às ciências sociais e humanas: os ambientes nos quais evolveram os antepassados da espécie, mesmo excluindo os antepassados mais remotos e limitando o âmbito ao *homo erectus*, são muito diferentes dos ambientes das sociedades industrializadas e pós-industrializadas contemporâneas. O que se traduz, em termos simples, num truísmo, sedutor mas traiçoeiro<sup>43</sup>: os comportamentos que durante dezenas ou centenas de milhares de anos

---

<sup>40</sup> Sem com isso desenvolver aqui a questão, pode-se afirmar que nem sequer existem provas de que o sentido moral seja o produto da selecção de genes de comportamento específicos.

<sup>41</sup> WILSON, E.O. — *Sociobiology: The New Synthesis*, Cambridge, MA: Harvard University Press, 1975. Apud SACARRÃO, G.F. — *Biologia e sociedade* (Vol. 1), p. 370.

<sup>42</sup> SACARRÃO, G.F. — *Biologia e sociedade* (Vol. 1), pp. 370-372.

<sup>43</sup> Traiçoeiro no sentido em que o suposto e pressuposto «ambiente da evolução adaptativa» (*environment of evolutionary adaptedness*), defendido pelos prosélitos da Psicologia Evolucionista, que coincide *grosso modo* com o período plistocénico, está longe de ter sido um ambiente estável ou homogéneo. É por conseguinte necessário explicitar aqui que, tal como tive ocasião de detalhar noutra local (URBANO, P. — *Trabalho, bem-estar e qualidade de vida, numa perspectiva evolucionista*; no prelo), durante essa muito longa fase

se mostraram adaptativos para a sobrevivência (e reprodução) dos nossos antepassados, e nesse âmbito foram seleccionados, não são necessariamente adaptativos hoje, nos ambientes contemporâneos. O que desde logo cria duas categorias possíveis de problemas, quer em si mesmos, quer em termos de definir o que é saúde e o que é doença mental: por um lado, um determinado comportamento pode ser hoje considerado mórbido (no sentido de mal adaptado, disfuncional, desajustado às actuais condições de vida, etc.), mas não o ter sido originalmente; por outro lado, a artificialidade das actuais condições de vida pode desencadear comportamentos ou esquemas de comportamento que nunca existiram no evolutivo humano e que resultam, justamente, da discrepância entre essas condições de vida e os esquemas de comportamento inatos, admitindo que existem, que foram seleccionados por milhares (ou milhões) de anos de evolução. Dentro desta última categoria, é difícil não pensar em quadros como os *deficits* de atenção, com a presença ou não de hiperactividade, que afectam um número crescente de crianças no mundo ocidental; e que poderão estar ligados a estilos de vida correntes<sup>44</sup>. Ou, num plano um pouco diferente, em variados transtornos das condutas alimentares, que podem estar associados a hábitos nutricionais contemporâneos; ou, mais especificamente, a certos alimentos processados industrialmente, distribuídos e consumidos de forma maciça e quase universal. Ou a exposição — por inalação, ingestão ou manuseamento — a metais pesados (*e.g.* chumbo, mercúrio, cádmio), que pode ser um factor a considerar em questões como a hiperactividade ou o crime violento. Ou ainda a utilização compulsiva de substâncias psicotrópicas, de jogos vídeo ou até dos chamados *media* sociais, cuja ligação ao sistema hedónico do cérebro (i.é, o sistema cerebral de recompensas ou reforços) parece não oferecer grandes dúvidas.

Existem outras razões, tão ou mais importantes, que mereceriam ser aqui desenvolvidas ou simplesmente enumeradas, mas que estão muito para além do âmbito deste artigo. Algumas delas são, na realidade, fundamentais: por exemplo, uma adaptação não é necessariamente e invariavelmente «adaptativa», em todas as circunstâncias; é-o num sentido sobretudo funcional, no sentido em que promove o sucesso dos indivíduos na maior parte das vezes mas não em todas. A sua função original ou remota, por outro lado, pode ter sido muito diferente da função actual; remetendo para o conceito relativamente consensual de «exaptação»<sup>45</sup>. De igual modo, muitas supostas adaptações (anatômicas, fisiológicas ou comportamentais) podem ser na realidade vestígios evolucionários. Etc.

---

«pré-histórica», foram criados, através de processos múltiplos (ou apenas através de um único, a selecção natural), um grande número de esquemas comportamentais inatos, em resposta às características de um ambiente compósito, convencionalmente designado pela expressão «ambiente da evolução adaptativa». Ambiente que não corresponde a nenhum *habitat* específico, mas antes a um conjunto heterogéneo de propriedades dos ambientes ancestrais que tiveram impacto na adaptação psicológica da espécie. Ambiente principalmente determinado pelo modo de vida e pela demografia das populações humanas do Plistoceno e não tanto por condições físicas (ambientais, climatéricas, etc.), de resto sujeitas a enorme variabilidade durante um tão grande período de tempo.

<sup>44</sup> Incluem-se, numa lista não exaustiva, ambientes pesados em estimulação (incluindo a estimulação proporcionada pelos dispositivos electrónicos) mas pobres em contacto humano ou em actividades lúdicas tradicionais (e não meramente virtuais) espontâneas; ou a ocupação do tempo dessas mesmas crianças, demasiado estruturada e demasiado preenchida, em particular com actividades escolares e extra-escolares.

<sup>45</sup> O conceito foi apresentado, de forma especulativa, por Stephen Jay Gould e Elisabeth Vrba em 1982 e desenvolvido posteriormente, nomeadamente pelo primeiro autor, em diversos contextos e em

### 3.

Nada disso impede que a evolução possa ser vista metaforicamente como uma luz, que ilumina muitos (mas não todos) os factos, ajudando a compreender variados fenómenos humanos, mesmo aqueles que são tão recentes que parecem conseguir escapar à sua influência. O exemplo muito actual — e que deverá constituir um dos maiores desafios da Psicopatologia para os próximos anos — da utilização compulsiva de certas funcionalidades da *internet*<sup>46</sup>, em especial os *media* sociais, é paradigmático disso mesmo. Tal como todos os fenómenos de igual (ou maior) complexidade, essa utilização pode e deve ser vista sob diferentes ângulos; concedendo-se, obviamente, que alguns desses ângulos incidam sobre dimensões maioritariamente tecnológicas, sobre as quais o estudo da evolução da vida pouca utilidade terá. Todavia, os mecanismos psicológicos que poderão estar na origem de tais utilizações compulsivas ou disfuncionais terão decerto centenas de milhares (ou milhões) de anos de existência, na medida em que agem sobre o sistema hedónico do cérebro ou dele dependem; tendo sido evolidos para dar respostas a estímulos sobre os quais apenas se pode conjecturar mas que parecem ser à primeira vista muito diferentes dos estímulos gerados pelos dispositivos electrónicos (computadores, «tablets» e «smartphones») que ocupam neste momento o centro do palco; mesmo que possam não ser, afinal, assim tão diferentes.

A grande questão, então, é tentar conhecer e compreender o melhor possível o funcionamento natural de tais mecanismos psicológicos, tais como foram «programados» ou «desenhados» pela evolução da espécie humana; articulando necessariamente — ou «triangulando»<sup>47</sup> — para tal propósito estudos provenientes de várias disciplinas ou áreas do saber científico. Procurando ao mesmo tempo conhecer e compreender as condições ambientais (sociais, culturais, etc.) actuais que fazem disparar tais mecanismos (necessariamente contextuais) de forma disfuncional. E tentando, ainda, incorporar tais conhecimentos nos valores culturais que vêm definindo, ao longo dos séculos e das civilizações, os comportamentos desviantes que se consideram ser doença mental;

---

várias publicações. (Veja-se e.g. GOULD e VBRA – "Exaptation: A missing term in the science of form". In *Paleobiology*, Vol. 8, No. 1 [Winter, 1982], pp. 4-15.)

<sup>46</sup> A *American Psychiatric Association* tem sido pressionada nos últimos anos para incluir nas páginas do seu manual fenómenos como, por exemplo, a utilização de jogos na *internet*. Nesse sentido, pronuncia-se oficialmente da seguinte forma: «In the fifth edition of the *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (DSM-5), Internet Gaming Disorder is identified in Section III as a condition warranting more clinical research and experience before it might be considered for inclusion in the main book as a formal disorder». Acrescentando: «The Internet is now an integral, even inescapable part of many people's daily lives; [...]. But recent scientific reports have begun to focus on the preoccupation some people develop with certain aspects of the Internet, particularly online games. The 'gamers' play compulsively, to the exclusion of other interests, and their persistent and recurrent online activity results in clinically significant impairment or distress. People with this condition endanger their academic or job functioning because of the amount of time they spend playing. They experience symptoms of withdrawal when kept from gaming». (<https://www.psychiatry.org/patients-families/internet-gaming>; acedido em Julho de 2018.) Os jogos através da *internet* são, todavia, somente uma das condições a considerar; a utilização disfuncional das (chamadas) redes sociais parece ser uma questão mais universal, mais preocupante e, nesse sentido, mais premente.

<sup>47</sup> Jaak Panksepp sugere várias vezes a «triangulação» de estudos sobre o cérebro, a mente e o comportamento. (Veja-se por exemplo PANKSEPP e BIVEN, *The archaeology of mind*, pp. 23 e ss.) A triangulação que aqui refiro é mais ampla, incluindo nomeadamente estudos antropológicos sobre as sociedades de caçadores-recolectores.

sabendo-se de antemão que as definições de tais transtornos são, pelo menos em parte, culturalmente definidas. E procurando, enfim, articular as diferentes ordens de factores (naturais e sociais) que, juntas, formarão uma nova conceptualização e compreensão de doença e de doença mental.

Tal empresa não pode resultar simplesmente de consensos, mesmo que validados estatisticamente, tal como sucede com o ubíquo e oracular manual *DSM*, afinal uma espécie de glossário pragmático e até certo ponto útil<sup>48</sup>, mas sujeito a caução, desde logo por traduzir a liderança (ou mesmo o poder hegemónico) do pragmatismo norte-americano sobre a Psiquiatria e a Psicologia. E, sobretudo, partir de pressupostos discutíveis, em particular a assunção de que as diferentes entidades de diagnóstico que define possuem uma realidade subjacente natural e universal. Não é possível estabelecer um tal facto a partir de questionários, por excelentes que sejam as técnicas estatísticas que afiançam a sua validade e significância. Pelo contrário, tal como se defendeu atrás, é fundamental investigar o comportamento humano (pelo menos) nos quatro níveis de análise postulados por Tinbergen, incluindo-os todos (níveis proximal e distal, níveis sincrónicos e diacrónicos) e não apenas um. O conhecimento e a compreensão de um determinado comportamento, normal ou patológico, implica o conhecimento e a compreensão da sua filogénese (ou evolução), da sua ontogénese (o seu desenvolvimento no sujeito), do mecanismo (ou causa) e da sua função (ou adaptação).

É, por conseguinte, necessário prosseguir o caminho, de algum modo iniciado e traçado por Karl Jaspers, no que diz respeito à via compreensiva (e não apenas descritiva) dos fenómenos em causa. É necessário alargar o âmbito da Psicopatologia, de modo a incorporar nela uma base evolucionária que considere o funcionamento biológico natural (na medida em que exista) do sujeito humano, sobre a qual se poderá definir a disfunção mental, necessariamente contextual.

#### IV. Para uma conceptualização evolucionista da doença mental

##### 1.

Sabe-se de há muito que é fundamental existir no desenvolvimento da Ciência, na sua totalidade como nas suas partes, fases ou etapas ou momentos de integração, que complementem outras fases, em particular de crescimento. Ideia efectivamente antiga, mas que tem levado muito tempo a implementar-se, progressivamente, um pouco por todo o lado; apesar de latências, obstáculos e resistências, de pura ignorância ou de simples negligência; o que tende a suceder sobretudo nalgumas das suas áreas mais imaturas ou mais jovens.

---

<sup>48</sup> Note-se que, independentemente de outras considerações, a própria utilidade do manual não é indiscutível; existem, pelo contrário, diversas vozes que se opõem à sua utilização — para uma introdução ao assunto, veja-se e.g. WAKEFIELD, J. — Para uma definição de doença mental. Por outro lado, mesmo quando aceite alguns aspectos dessa utilidade ou praticidade, é de notar que têm sobretudo a ver com a reificação das supostas entidades que o manual identifica, de uma forma também ela discutível. Por exemplo: «One of the main uses of the DSM classification system is practical: It provides a basis for insurance companies to decide whether to reimburse the cost of treatment for a given condition» (GAULIN e McBURNEY — *Evolutionary psychology*, p. 240).

Dito por outras palavras, e de forma mais extensa: o conhecimento científico conhece regularmente, na sua globalidade como em cada uma das suas diversas especificidades ou áreas, fases de crescimento acentuado, por vezes explosivo, por vezes (aparentemente) caótico, por vezes no sentido da diferenciação. Tais fases de acentuado ou rápido crescimento deveram-se com frequência a uma nova ideia, a uma nova forma de ver as coisas, a um novo instrumento, a uma nova técnica, a uma nova perspectiva ou mesmo (mais raramente) a um novo paradigma; acontecimentos esses que, por sua vez, se ficaram frequentemente a dever a outras (novas) ideias ou, eventualmente, dependendo da área considerada, a outros instrumentos ou a outras tecnologias. O computador, para dar um único exemplo, possivelmente o mais significativo de todos eles, acelerou de forma transversal e praticamente universal o processo de descoberta, directa e indirectamente, em quase todas (ou mesmo todas) as áreas do saber científico; de várias formas e por diversas razões que não cabe aqui desenvolver. É virtualmente possível que nenhuma área do empreendimento científico lhe tenha ficado imune.

Todo este processo é complexo, intrincado e dificilmente generalizável, mas é mais ou menos certo que durante tais fases, surgem fenómenos de co-evolução acelerada de várias coisas, incluindo ideias resultantes de outras ideias ou da aplicação de novos instrumentos, que se polinizam umas às outras, criando círculos virtuosos; ou, eventualmente, círculos viciosos. Tais fases têm que alternar, obrigatoriamente, com fases de integração; que ordenam e dão eventualmente sentido aos novos conhecimentos criados. De contrário, ter-se-ia apenas um oceano de novos fragmentos, desordenados; ou seja, de novos dados e resultados, de novas informações, de novas pistas heurísticas, de novas ideias, de novas técnicas, etc. Correndo-se vários riscos decorrentes de tais *superavits*, em especial o de poderem criar desarticulação, confusão, caos, dissensão, etc.; ou mesmo facções e fundamentalismos, entre outras perversidades. O calcanhar de Aquiles de todo o processo é justamente esse: as fases de crescimento e de diferenciação têm que ser intercaladas com fases de integração.

Poder-se-á argumentar que isso sucede, em termos latos, com todos ou quase todos os processos de vida, em particular com os mais complexos ou evolutivos; desde a célula ao organismo. Sem multiplicação, não há crescimento; sem diferenciação, não há especialização; sem integração, não existem órgãos ou organismos, mas apenas agregados ou colónias de unidades mais básicas. E de facto, o crescimento do conhecimento científico assemelha-se, em vários aspectos mais ou menos abstractos, a um processo ou a uma forma de vida. Ou seja, na sua globalidade, a Ciência é como que um organismo vivo, em crescimento e em contínuos processos de manutenção, cujos órgãos, tecidos (etc.) metafóricos conhecem, eles próprios, diferentes processos vitais de crescimento (ou de simples reparação), com sucessivas fases de diferenciação e de integração; as quais resultam frequentemente do contributo da Epistemologia ou da Filosofia da Ciência. De contrário, parafraseando livremente Einstein<sup>49</sup>, só

---

<sup>49</sup> EINSTEIN, A. – Carta a Thornton, 7 de Dezembro de 1944, *Einstein Archive*: 61-574. O excerto original desta epístola é: «So many people today—and even professional scientists—seem to me like somebody who has seen thousands of trees but has never seen a forest.»

se conseguem ver milhares de árvores, mas nunca uma floresta. Ou, dito de uma outra forma:<sup>50</sup>

The reciprocal relationship of epistemology and science is of noteworthy kind. They are dependent upon each other. Epistemology without contact with science becomes an empty scheme. Science without epistemology is—insofar as it is thinkable at all—primitive and muddled.

## 2.

Entre os muitos méritos das proposições de Darwin, alguns deles ainda à espera de serem verdadeiramente descobertos, ou devidamente calibrados na sua real dimensão heurística, um dos maiores terá sido a possibilidade de, justamente, a sua teoria permitir *integrar* um conjunto a perder de vista de dados fragmentários e de valor desigual. Não apenas na Biologia, que foi o seu ponto de partida, mas em várias outras áreas, em especial nas ciências da vida (no sentido amplo), incluindo por conseguinte as ciências humanas e sociais<sup>51</sup>. Tal integração, apesar de lenta, laboriosa e sujeita a muitos obstáculos e resistências, tem vindo a promover a integração conceptual: quer no sentido horizontal (ou seja, entre as várias áreas ou disciplinas de uma mesma ciência), quer no sentido vertical (entre as várias ciências).

No caso concreto da Psicopatologia, mas o mesmo se poderá dizer de muitos outros domínios da Ciência, é inegável que houve nas últimas décadas um crescimento notável de toda a área. Um crescimento ou expansão que reflectiu e acompanhou o crescimento, a expansão e a complexificação crescente do próprio conhecimento gerado. Sabe-se hoje muito mais sobre doença mental do que se sabia há cem anos atrás; para dar um único exemplo, que não passa de um truísmo, mas que todavia tem a utilidade de chamar a atenção para a necessidade, nem sempre sentida como premente, de parar de quando em quando, olhando para trás e fazendo um balanço, necessariamente provisório; e traçar, quando necessário, novas linhas. Tal crescimento, que por vezes foi lento e que noutros casos se acelerou, fez-se sobretudo à custa de acumulação de factos, de dados, de evidências, de observações, de informações, de hipóteses, de conjecturas, de experiências, de métodos e técnicas, etc.; sabendo-se logicamente que nem todos esses fragmentos tinham (ou têm) o mesmo valor, se é que tinham (ou têm) algum valor; sabendo-se igualmente que houve descobertas puramente acidentais; que se desbravaram caminhos aparentemente prometedores mas que terminaram em becos sem saída; que se juntou ou criou nova matéria, novos tecidos de conhecimento, do mesmo modo que também se eliminaram, se excluíram, se podaram outros tantos, abandonando-se ideias, hipóteses e conjecturas. Etc.

Tal acumulação contribuiu — contribui quase sempre — para a criação ou o agravamento de diversos problemas, entre os quais a ilusão de conhecimento, gerada pela própria acumulação, poderá ter sido um dos principais: tal como observa com

---

<sup>50</sup> EINSTEIN, A. — “Remarks concerning the essays brought together in this co-operative volume”. In SCHILPP, P. A. (ed.) — *Albert Einstein: Philosopher-Scientist*. The Library of Living Philosophers. Vol. 7. Evanston, IL : The Library of Living Philosophers, 1949. p. 683-684.

<sup>51</sup> O assunto é consideravelmente mais vasto do que isso, mas opto aqui por simplificá-lo.

magnífica acuidade Henri Poincaré<sup>52</sup>, «on fait la science avec des faits comme une maison avec des pierres; mais une accumulation de faits n'est pas plus une science qu'un tas de pierres n'est une maison».

Este problema, comum a outras ciências, veio juntar-se a outros problemas mais específicos da Psicopatologia, em especial a compartimentalização da disciplina em abordagens elas próprias fragmentárias e, numa palavra só, unidimensionais; a tradição biológica excluiu por exemplo a tradição psicológica; que, por sua vez, colocou o primado na aprendizagem, excluindo de forma excessiva os abstractos biológico e fisiológico; etc. Abordagens essas que, privilegiando uma dimensão em detrimento de outras, fazem parte da história da disciplina e merecem nesse âmbito o estudo, a reflexão, a interrogação<sup>53</sup>, fazendo pois parte do passado; um passado necessário, sem o qual não existiria o presente; mas um passado, não obstante. Não é, de modo nenhum, absurdo estudar e conhecer esses diferentes compartimentos, tendências ou mesmo facções que marcaram a história da Psicopatologia e das concepções de doença mental. Mas é ainda menos absurdo, neste momento, procurar integrar toda essa multidão de elementos numa visão, perspectiva ou concepção que, justamente, lhes dê ordem. Traçar vectores, definir linhas, etc., em vez de simplesmente acumular conhecimento. A perspicácia de Panksepp<sup>54</sup> é neste ponto preciosa: «Neither the 'brainless' psychiatry of the middle of the 20th century, nor the 'mindless' variety of the past 30 years should be taken to represent the most we can achieve. The future should yield a synthesis».

### 3.

Um dos vectores que é possível — e urgente de — traçar nessa síntese futura tem a ver justamente com a compartimentalização da Psicopatologia: é imperativo<sup>55</sup> alargar, e de forma radical, as múltiplas dimensões subjacentes ao conceito de doença mental, incluindo na sua interpretação, na sua compreensão, na sua conceptualização, um número muito maior de influências recíprocas, de factores aparentemente demasiado pequenos ou anódinos, e que foram (por tal razão) sendo desprezados durante as fases de crescimento desta ciência. Outro dos vectores a traçar com premência tem a ver com o conhecimento e a aceitação daquilo a que se pode chamar os sistemas operativos básicos do cérebro, matéria ela própria de complexidade superlativa; que, de qualquer modo, obrigará a juntar o conhecimento de conjuntos incompletos de factos neurológicos com fenómenos psicológicos mal (ou pobremente) conhecidos e compreendidos, dos quais pouco mais se sabe, para além do facto básico de emergirem de actividades cerebrais. E a estes dois vectores, poderiam juntar-se alguns outros, assim como factores de várias ordens ou mesmo preocupações diversas, sobretudo epistemológicas e éticas. A grande questão de fundo, todavia, é simples de enunciar mas superlativamente difícil de responder: como fazê-lo?

---

<sup>52</sup> POINCARÉ, H. – *La Science et l'Hypothèse*, p. 168.

<sup>53</sup> Aliás, algumas das questões que levantaram não foram ainda respondidas. É possível que venham a permitir, no futuro, colocar novas interrogações.

<sup>54</sup> PANKSEPP, J. – *Biological psychiatry sketched: Past, present, and future*, p. 17.

<sup>55</sup> O que não quer, no entanto, dizer que seja suficiente.

As ciências e disciplinas que se ocupam da doença mental aguardam uma abordagem global, transversal e integradora, que as estructure e que traga unidade e coerência à multidão de conhecimentos (factos, observações, etc.) produzidos durante a actual fase de crescimento acelerado — em parte devida ao desenvolvimento algo desenfreado das chamadas neurociências. Que lhes permita por conseguinte vislumbrar o que é que nessa multidão de dados e informações é relevante, é essencial, é crucial para o conhecimento da doença mental — assim como das condições do sofrimento psicológico que não não necessariamente mórbidas. Abordagem que contrarie, por outro lado, os efeitos indesejáveis da diferenciação que marcou o crescimento de toda a área nos últimos anos; assim como a ilusão de conhecimento que emergiu, com algum optimismo, desse mesmo crescimento.

A perspectiva evolucionista, apesar dos excessos de alguns dos seus prosélitos (bem como de alguns dos seus detractores), pode constituir uma forma de juntar as diferentes partes num quadro integrado, traçado sobre o pano de fundo do papel da evolução e das pressões evolutivas (processo extremamente demorado) no actual comportamento humano. Tornando-se, nesse âmbito, uma espécie de «macroscópio», o instrumento conceptual ou simbólico proposto por Joël de Rosnay<sup>56</sup> há já quatro décadas. Isto é, um compósito abstracto de métodos, técnicas e saberes pertencentes a diversas disciplinas; um instrumento simbólico que filtre os detalhes, que amplifique o que os une, que faça sobressair aquilo que os aproxima; uma forma de observar fenómenos que ou são demasiado grandes, ou são demasiado lentos ou são demasiado complexos para os olhos humanos, ao ponto de se tornarem invisíveis. O que representará, caso tal perspectiva se venha a impor, uma ruptura epistemológica, que irá rejeitar (ou relegar para um plano secundário) vários dos conhecimentos anteriores. O que, por sua vez, criará inelutavelmente resistências à sua implementação.

## Bibliografia

- ABREU, José Luís Pio – *Introdução à Psicopatologia compreensiva*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994. ISBN 972-31-0639-6.
- BACHELARD, Gaston – *Épistémologie: Textes choisis*. Paris: P.U.F. (várias re-edições), 1971. Antologia, selecção e edição de Dominique Lecourt. [Tradução portuguesa: *A epistemologia*. Lisboa: Edições 70 (O saber da Filosofia; 1), 2006 (reimpressão). ISBN 978-972-44-1368-9.]
- BLOOM, Harold – *Genius: A mosaic of one hundred exemplarily creative minds*. Nova Iorque: Warner Books, 2002. ISBN 0-446-52717-3.
- BLUM, Eugène – *La pédologie*. In *L'année psychologique*. Vol. 5. p. 299-331.
- BOORSTIN, Daniel – *Cleopatra's Nose: Essays on the unexpected*. Nova Iorque: Random House, 1994. [Tradução portuguesa: *O nariz de Cleópatra: Ensaios sobre o inesperado*. Lisboa: Gradiva, 1995. ISBN 972-662-416-9.]
- CHARDIN, Pierre Teilhard de – *Le Phénomène humain*. Paris: Editions du Seuil, 1956.

---

<sup>56</sup> ROSNAY, J. – *Le macroscopie. Vers une vision globale*, p. 10.

- DARWIN, Charles – *The origin of species by means of natural selection, or the preservation of favoured races in the struggle for life*. (6<sup>th</sup> edition). Londres: John Murray, 1872.
- DEMAUSE, Lloyd – *The evolution of childhood*. New York: Harper and Row, 1974. ISBN 0-06-131848-5.
- DOBZHANSKY, Theodosius – Nothing in biology makes sense except in the light of evolution. *The American Biology Teacher*. 35(3) (1973). p. 125–129.
- EINSTEIN, Albert – “Remarks concerning the essays brought together in this co-operative volume”. In SCHILPP, P.A. (ed.) – *Albert Einstein: Philosopher-Scientist*. Evanston, Illinois: The Library of Living Philosophers, 1949. p. 665-688.
- GALBRAITH, John K. – *The affluent society (3th edition revised)*. Boston, MA: Houghton Mifflin, 1958/1976. [Tradução portuguesa: *A sociedade da abundância*. Mem Martins: Europa-América, s/ data.]
- GAULIN, Steven; McBURNEY, Donald – *Evolutionary psychology (Second edition)*. Upper Saddle River, NJ: Prentice Hall, 2004. ISBN 0-13-111529-4.
- HORWITZ, Allan V. – “Social constructions of mental illness”. In KINCAID, H. (ed.) – *The Oxford handbook of philosophy of social science*. Oxford: Oxford University Press, 2012. ISBN 978-0-195-39275-3.
- LAKATOS, Imre – “Lectures on scientific method, 1973”. In LAKATOS, I.; FEYERABEND, P. – *For and against method: [Including Lakatos’s lectures on scientific method and the Lakatos-Feyerabend correspondence]*. Chicago [etc.]: The University of Chicago Press, 1986/1999. ISBN 0-226-46775-9. p. 19-109.
- LENSKI, Gerhard; NOLAN, Patrick; LENSKI, Jean – *Human societies. An introduction to macrosociology (Seventh edition)*. Nova Iorque [etc.]: McGraw-Hill, 1995. ISBN 0-07-037631-X.
- MELILLO, Robert; LEISMAN, Gerry – *Neurobehavioral disorders of childhood: An evolutionary perspective*. Londres [etc.]: Springer, 2009. ISBN 978-1-4419-1232-9.
- PANKSEPP, Jaak – “Biological psychiatry sketched: Past, present, and future”. In PANSEPP, Jaak (ed.) – *Textbook of biological psychiatry*. Hoboken, NJ: Wiley-Liss, 2004. ISBN 978-0-471-43478-8. p. 3–32.
- PANKSEPP, Jaak; BIVEN, Lucy – *The archaeology of mind: Neuroevolutionary origins of human emotions*. Nova Iorque [etc.]: W.W. Norton & Company, 2012. ISBN 978-0-393-70531-7.
- POINCARÉ, Henri – *La Science et l’Hypothèse*. Paris: Ernest Flammarion (Bibliothèque de Philosophie scientifique), 1902.
- POPPER, Karl – “Two notes on induction and demarcation, 1933-1934”. In POPPER, K. – *Logik der Forschung: Zur erkenntnistheorie der modernen Naturwissenschaft*. Viena: Verlag von Julius Springer, 1934 /1935. [Tradução inglesa: *The logic of scientific discovery*. Londres (etc.): Routledge, 2006 (reimpressão). ISBN 0-415-27844-9. p. 312-318.]
- POPPER, Karl – *Ciência: conjecturas e refutações*. Reimpresso em POPPER, K. – *Conjectures and refutations*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1963. [Tradução portuguesa: *Conjecturas e refutações. O desenvolvimento do conhecimento científico*. Coimbra: Livraria Almedina (*Studium*), 2003. ISBN 972-40-1878-4. p. 55-96.]

- POPPER, Karl – “Acerca das fontes do conhecimento e da ignorância”. Reimpresso em POPPER, K. – *Conjectures and refutations*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1963. [Tradução portuguesa: *Conjecturas e refutações. O desenvolvimento do conhecimento científico*. Coimbra: Livraria Almedina (*Studium*), 2003. ISBN 972-40-1878-4. p. 17-52.]
- ROSNEY, Joël de – *Le macroscope. Vers une vision globale*. Paris: Éditions du Seuil, 1975. ISBN 978-2-02-005974-9.
- SACARRÃO, Germano F. – *Biologia e sociedade I: Crítica da razão dogmática*. Mem Martins: Europa-América, 1989. ISBN 972-1-02694-8.
- STANNARD, David E. – *Shrinking history: On Freud and the failure of psychohistory*. Nova Iorque: Oxford University Press, 1980. ISBN 978-0-19-502735-8.
- URBANO, Pedro – *Da história e da epistemologia da Psicologia*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2007. Dissertação de doutoramento.
- WAKEFIELD, Jerome C. – Para uma definição de doença mental: valores e factos. In Fonseca, A.C., ed. – *Psicologia e justiça*. Coimbra: Almedina, 2008. ISBN 978-972-40-3728-8. p. 99-121.